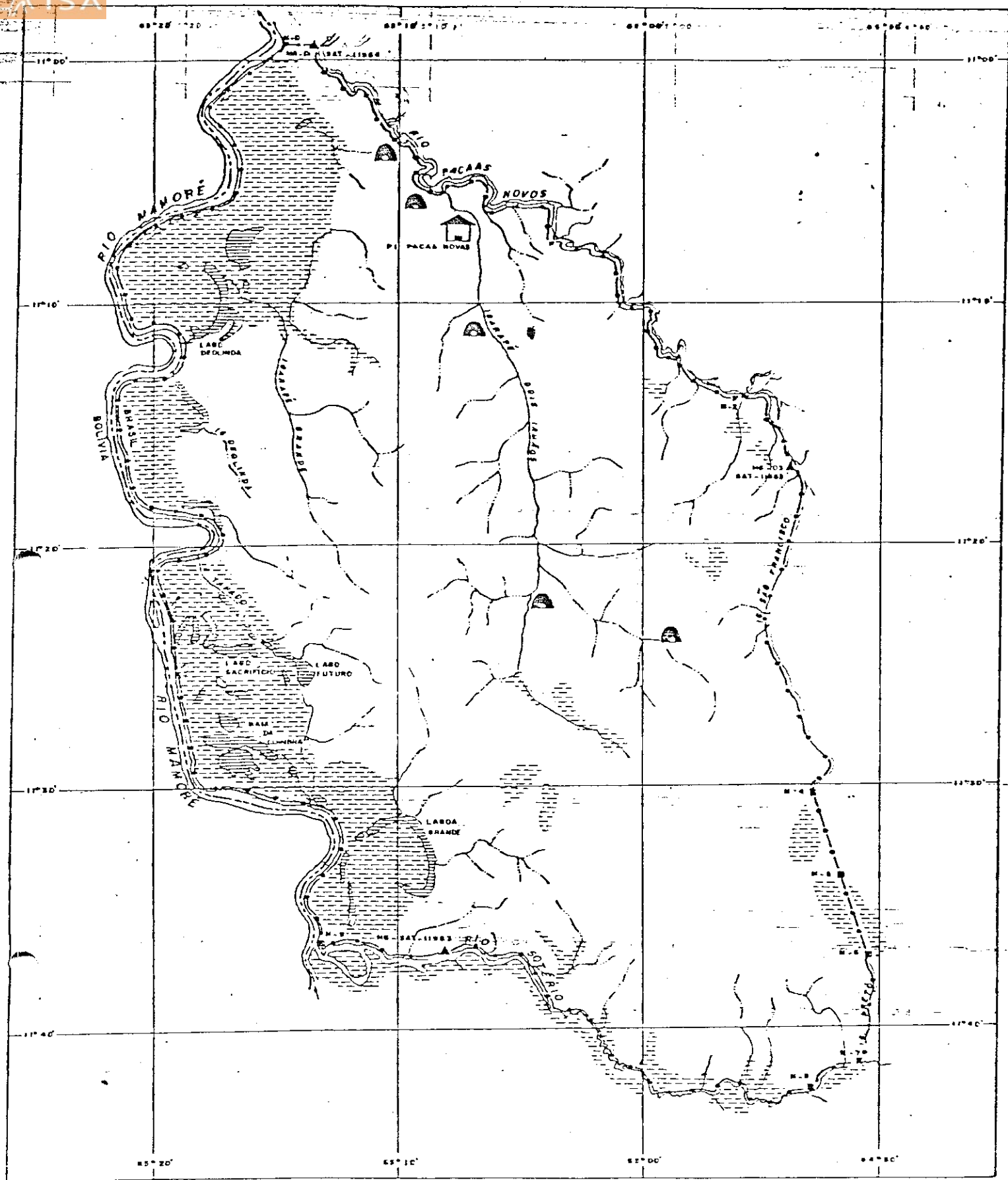


| | |
|------------------|-------------------|
| CEDII - P. I. B. | |
| DATA |/...../..... |
| COD | |

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS
ORO-UARI, MACURAP E CANOÉ DAS ÁREAS
PACAA-NOVA, LAGE E SAGARANA


Mauro de Mello Leonel Júnior

Outubro
1984



SINAIS CONVENCIONAIS

- - - - - TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- ALDEIA INDÍGENA
- POSTO INDÍGENA
- PONTO SATÉLITE
- MARCO DE CONCRETO
- CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA PERMANENTE
- ALAGADO
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- - - - - LIMITE INTERNACIONAL

| | | | |
|--|--|--|--|
|  <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p> | | | |
| DENOMINAÇÃO ÁREA INDÍGENA PACAÁ NOVAS | | SÉRIE: DEMARCAÇÃO | |
| LOCALIDADE GUAJARÁ - MIRIM | | ÁREA: 279 906 3835 m² | PERÍMETRO: 304 209 km |
| ESTADO RONDÔNIA | | ESCALA: 1:400 000 | DATA: 16/12/76 |
| MUNICÍPIO BR DR | | PROCESSO Nº: FUNAI/BSB/4185/76 | EXECUTANTE: PLANTEL LTDA |
| DESENHO:  MARCIA LUIZA FILHO | TÉCNICO RESPONSÁVEL:  SÉRGIO DE CARVALHO | CONFIRMAÇÃO:  SÉRGIO DE CARVALHO | VISTO:  ALMIR AMARAL FALCÃO DIRETOR DA FUNAI |
| | | APROVADO:  MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA PRESIDENTE | |



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES ORO-UARI DA
ÁREA INDÍGENA PACAA-NOVA

Resumo de Sugestões, Recomendações e Reivindicações

- 1º) Reinstalação das cerca de 30 famílias de ribeirinhos invasores nos Rios Mamoré e Sotério. Levantamento completo de seu número e transferência das escolas para fora da área indígena.
- 2º) Re-estudo da área do P.I. Pacaa-Nova para sua correta delimitação, estudo de sua demarcação, homologação e registro no SPU. Estudar a possibilidade de ligar este P. I. com o Rio Negro Ocaia e recuperar as terras ao norte entregues a invasores durante a demarcação.
- 3º) Retirada da Missão Novas-Tribos e proibição a missionários de residência permanente na área. Entradas autorizadas apenas quando os objetivos estejam em acordo com a legislação, que prevê o direito dos índios a suas tradições.
- 4º) Recursos para maior vigilância do território, em particular combustível.
- 5º) Criação de um Posto na aldeia de Santo André e de mais um Posto de Vigância (com rádio) no Mamoré-Sotério.
- 6º) Abertura de dois picadões transitáveis um até Deolândia, outro até o centro da área (Dois Irmãos).
- 7º) Um rádio para a aldeia de Santo André.



- 8º) Motores rabeta 6HP, um trator equipado, carreta e animais de carga para escoamento da produção indígena.
- 9º) Visitas mensais da EVS, dentista e borrifação trimestral preventiva à malária.
- 10º) Duas máquinas beneficiadoras de arroz.
- 11º) Apoio para a criação de animais de carga, gado e ovelhas.
- 12º) Geladeiras para as enfermarias e fogões para as escolas.
- 13º) Viveiro de mudas de seringueiras e fruteiras.
- 14º) Combate à ação de marreteiros e regatões, se necessário com apoio policial.
- 15º) Maior apoio à cantina e participação efetiva dos líderes naturais em sua administração cooperativa.
- 16º) Programa educacional voltado para a promoção da cultura indígena, defesa dos índios no contato com não-índios e ensino profissionalizante em cursos de curta duração. Contratação de professores laicos, preparados para o ensino a comunidades indígenas, em Deolinda, Tanajura e Santo André.
- 17º) Manutenção dos equipamentos, moto-serras e banco para Santo André.
- 18º) Informações aos índios sobre o levantamento de recursos minerais feito pelo CPRM e sobre possíveis proje-



tos na área ou em suas proximidades.

- 19º) Pedido de informações ao INCRA sobre o projeto Samaúma, sua extensão, prevenindo sobreposições com as áreas indígenas e futuros conflitos e invasões. Co-responsabilizar o INCRA pela retirada de futuros invasores nos locais onde realiza projetos nas proximidades das áreas indígenas.
- 20º) Elaboração de um plano de saúde a partir do parecer da avaliação dos técnicos da área.
- 21º) Dotação orçamentário e equipamento da Casa do Índio e garantir seu uso exclusivo pelos doentes.
- 22º) Convênio odontológico e equipamento portátil para atendimento nas áreas, incluindo restaurações.
- 23º) Apoio pedagógico aos índios em suas trocas, no escoamento de sua produção e na compra e venda. Contabilidade escrita das rendas familiares e comunitárias.
- 24º) Destinação dos alimentos de merenda escolar e INAM aos doentes, crianças e parturientes.

Homologação e Defesa da Área

Trata-se do único dentre os territórios indígenas do oeste de Rondônia ainda não homologado por Decreto Presidencial e não registrado pelo Serviço de Patrimônio da União (S.P.U.). Assim, nesta área, apesar de demarcada em 1977, os cerca de 500 índios ali residentes não dispõem de garantias legais suficientes sobre as terras que ocupam imemorialmente, conforme



direito assegurado pela Constituição em vigor. É curioso que as áreas indígenas próximas, como os P.Is. Lage, Rio Negro Ocaia e Ribeirão, estão todos assegurados por Decreto e registrados. Não se compreende porque o mesmo não ocorreu com o P.I. Pacaa-Nova, onde se encontra a maior concentração dos chamados Pacaa-Nova (Oro-Uari).

Há cerca de 30 famílias, invasoras na região demarcada. Em sua maioria são ribeirinhos instalados nas margens alagadiças do Rio Mamoré e do Rio Sotério (ou Rio Negro do Mamoré). Estas famílias, segundo informações da Ajudância de Guajará-Mirim da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ainda não teriam sido retiradas devido a pressões políticas. Vários foram os projetos de assentamento de não índios nos últimos anos no Município de Guajará-Mirim e nenhuma destas oportunidades foi aproveitada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela FUNAI para a reinstalação destes ribeirinhos, como os projetos Marechal Dutra, Iata, Sidney Girão e surpresa.

Um dos argumentos para a demora na retirada dos invasores seria a sua localização na fronteira com a Bolívia, no Rio Mamoré. Autoridades políticas e militares teriam pressionado a FUNAI a tolerar estes invasores para que servissem de vigilantes da fronteira. Esta alegação não tem procedência por duas razões: em primeiro lugar, os índios são os melhores defensores de seu território, além de que a FUNAI tem a responsabilidade legal e a obrigação de defender a área. Este argumento tornou-se ainda mais sólido quando a FUNAI abriu o Posto de Vigilância em Deolinda, com dois funcionários e equipados com barco e rádio. A defesa do Território Nacional não pode ser feita em detrimento dos direitos indígenas à sua terra. Há dezenas de métodos que permitem uma defesa mais eficiente da fronteira do que os ribeirinhos, com a abertura de Postos de Vigilância ou o patrulhamento sistemático do Rio Mamoré, ou ainda uma ligação rádio do Posto da FUNAI em Deolinda com o Batalhão de Fronteiras.



A presença destes invasores não-índios é uma ameaça constante de conflitos. Impede os índios de circular^{em} livremente na parte oeste de seu território; permite a entrada de novos invasores como os seringueiros; provocou a presença de duas escolas primárias destinadas a não-índios em pleno território demarcado. O mais grave é que estes invasores desmatam, esgotam os seringais de que necessitam os índios e pescam predatoriamente. Chegam alguns a explorarem o trabalho dos índios, trocando sua produção (seringa ou agricultura), por produtos industrializados. Estes regatões evidentemente saem sempre ganhando nestas trocas, uma vez que os índios não conhecem preços e matemática. Aliás, se alguma defesa da área tem sido feita, deve-se ao funcionário da FUNAI do Posto de Vigilância de Deolinda, que, apesar do pouco combustível com que conta, tem impedido bolivianos e nacionais de pescarem predatoriamente ou extraírem seringa do território Pacaa-Nova. Daí a importância de sua ligação rádio com o Batalhão de Fronteiras, uma vez que não pode afrontar-se sozinho com invasores, as vezes numerosos.

Com a abertura do Posto de Deolinda, cerca de trinta índios passaram a manter seus seringais às margens do Rio Mamoré. Muitos outros, em particular os residentes na Aldeia de Santo André, gostariam de perambular no interior da área, onde antes residiam, e não o fazem por temor de conflitos com estes invasores. Os ribeirinhos já se dispuseram a deixar o local em troca de sua reinstalação em outros lotes, inclusive devido às ameaças dos índios, que os amedrontam à noite. Em duas oportunidades envolveram-se interesses eleiçoeiros e religiosos, pretendendo lançar índios contra posseiros pobres. É óbvio que estes ribeirinhos têm direito à terra. Apenas seu problema não pode ser resolvido pela espoliação dos direitos indígenas, quando há milhares de lotes em disponibilidade na região, inclusive em terras melhores arrecadadas pela União destinadas a projetos do INCRA, ou terras improdu-



tivas registradas em nome de particulares.

Recentemente, o Departamento do Patrimônio Indígena (DPI), da FUNAI, organizou uma vistoria dos invasores em conjunto com o INCRA para identificação de seu número e posses. O mesmo DPI planeja também enviar o processo de homologação da área ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) em Brasília. A morosidade com que este GTI trata o reconhecimento das áreas indígenas termina por consolidar ou provocar novas invasões. Seus membros, em grande maioria, desconhecem a especificidade do modo de vida dos índios e minimizam as potencialidades de conflitos quando há convivência de índios e não-índios em terras não claramente demarcadas. Não obtivemos cópia da portaria delimitando a área. Caso não exista, é urgente sua promulgação, anterior à própria homologação.

Enquanto a FUNAI e o GTI atrasavam durante os últimos anos as demarcações dos territórios indígenas em Rondônia e norte do Mato-Grosso, o INCRA realizava projetos vizinhos, e às vezes sobrepostos, as terras dos índios. O P.I. Lage, por exemplo, foi reduzido devido a projetos do INCRA, assim como ocorreu com os Surui, Latundê, Mequens, etc. O mesmo poderá ocorrer agora quando o INCRA pretende, com o apoio do Polono-roeste, realizar o projeto Samauma nas vizinhanças de terras não homologadas e não registradas, como as do P.I. Pacao-Nova e do P.I. Guaporé. Teme-se que estes projetos venham a ser sobrepostos as áreas indígenas como vem ocorrendo.

O relatório da equipe FUNAI/RADAM que visitou as áreas de Guajará-Mirim em Dezembro de 1975 comprova como o INCRA loteou as terras do P.I. Lage e Ribeirão, transformando seus limites naturais em linhas secas. O próprio P.I. Pacao-Nova foi reduzido de uma faixa entre o Rio Pacao-Nova e o Mamoré, simplesmente por ter sido invadida. Assim, legalizou-se a invasão ao invés de garantir o direito indígena. O citado relatório reconhece que a equipe "apenas abriu mão de um pequeno trecho ao norte... intensamente povoado por civilizados". Tratava-se de uma fazenda com influências políticas suficientes



para tornar-se "intensamente povoada", de gado, é óbvio. A não homologação poderá levar os Oro-Uari a perderem outras faixas de seu território. Não se entende também porque o P.I. Pacaa-Nova foi separado do P.I. Rio Negro Ocaia.

Limites, Localização e Acesso

A sede do P.I. Pacaa-Nova encontra-se na Aldeia de Tanajura, a duas horas de barco de Guajarã-Mirim. O acesso ao P.I. é apenas possível por via fluvial. Os limites da área, já reduzida, eram segundo o relatório FUNAI/RADAM de 1975 e os mapas encontráveis em Brasília: Rio Mamoré, a oeste, Rios Pacaa-Nova a norte e leste, Rios Novo e Indajatuba a leste e o Rio Sotério (Rio Negro do Mamoré) ao sul. Ainda não foi possível obter sua extensão exata que, segundo relatórios da Ajudância de Guajarã-Mirim seria de 220.000 ha., segundo dados recolhidos na ASPLAN/FUNAI por relatório de avaliação anterior (ver Carvalho e Rangel-83) seriam 279.906 ha.

A aldeia de Santo André fica a 35 Kms. de Tanajura pelo Rio Pacaa-Nova e Deolinda localiza-se no Mamoré.

População

Os Oro-Uari, como se autodenominam os chamados Pacaa-Nova, na altura do contato com o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Missão Novas Tribos seriam cerca de cinco mil índios, reduzidos nos últimos quarenta anos a cerca de mil, vitimados por massacres e carência de atendimento médico necessário, em particular as doenças que desconheciam.

O SPI iniciou a "atração" dos Oro-Uari em 1942 e obteve o contato com os primeiros grupos em 1946. Mas vários grupos resistiram ao contato, sendo o último realizado em 1969.



Em 1971 as duas aldeias do P.I. Pacaa-Nova, Tanajura e Santo André, criadas em 1955, ficaram reduzidas a cerca de 134 pessoas. É possível que além das numerosas mortes dos primeiros anos de contato, muitos mudaram para outras aldeias, como as dos P.Is. Lage, Ribeirão, Rio Negro Ocaia ou a Colonia católica de Sagarana.

Dos cinco mil estimados no início do contato, Omar Landi Santos(80) encontrou apenas 837 em 1977 e 791 em 1979, ou seja, menos 46 em dois anos, em todos os postos onde habitam os Oro-Uari. A mais importante mortalidade deu-se exatamente no P.I. Pacaa-Nova, onde em 1977 encontravam-se 423 índios e em 1979 apenas 337, ou seja, menos 86 pessoas em dois anos. Santos atribuiu o decréscimo à mortalidade infantil. Dos sete idosos de 1977, apenas três estavam vivos em 1979, o que mostra uma alta mortalidade também entre os velhos. Mas o pior período teria sido 1973, chegando a 631 em 14 aldeias.

Quanto à FUNAI, como ocorre em todos os grupos do País, não mantém estatísticas ou registros de nascimento e morte aproveitáveis. Os dados existentes, como os de Santos, devem-se sempre à boa vontade de visitantes, antropólogos, missionários ou de ex-funcionários. A Diocese de Guajará-Mirim contou, em 1981, um total de 1.043 Oro-Uari, sendo que em 1982 já seriam 1.051. Parece assim surgir um novo crescimento nos últimos cinco anos.

Quanto ao P.I. Pacaa-Nova, segundo a Diocese seriam 398 em 1981. A Diocese contou 420 em 1982. A Ajudância da FUNAI calculou 430 em 1978, 403 em 1981 e 400 em 1983. Os números deste ano de 1984 são também contraditórios. A FUNAI estimou-os em 402. Denise Maldini Meirelles contou 461. O levantamento que fizemos chegou a 443, e é também incompleto devido ao agrupamento de Deolinda, que não foi considerado devido a que muitas famílias encontravam-se nas colocações, ou ali residiam apenas provisoriamente. As contradições destes dados devem-se também a freqüentes deslocamentos entre as diferentes aldeias, inclusive a dos outros postos onde habitam os Oro-Uari,



e também aos casamentos entre uma aldeia e outra. A título in
dicativo, temos então os seguintes dados:

Oro-Uari - Total

1930 - Cerca de 5 mil
1960 - cerca de 1.000
1973 - 631
1977 - 837
1979 - 791
1981 - 1043
1982 - 1051

Quanto ao P.I. Pacaa-Nova, temos:

1971 - 134
1977 - 423 (muitos vieram de outros pos-
tos)
1979 - 337
1981 - 398 ou 403
1982 - 420
1983 - 400
1984 - 402 ou 461 ou 443

Dada a grande circulação entre as diferentes aldeias e como não se tem contado os habitantes de Deolinda, cerca de 30, pode-se dizer que o P.I. Pacaa-Nova neste ano, tem cerca de 500 habitantes, em duas aldeias principais, Tanajura (266) e Santo André (176).

Destes 500, mais de 250 são Orodão, cerca de 40 Oroboni, cerca de 20 Oroen e 10 Oroat. Há alguns Ororam, Ororamtxien, ligados por casamento. Há também casamentos exteriores à cultura Oro-Uari, por exemplo, dois Ajurú, um Macurap e um Oro-Win.

Por faixa etária temos os seguintes quadros indicativos, para Tanajura e Santo André:



1984 - POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA
P.I. PACAA-NOVA

| Classes de Idade | Homens | Mulheres | Total | Homens | Mulheres | Total |
|------------------|--------|----------|-------|--------|----------|-------|
| 0 - 5 | 13 | 16 | 29 | 29 | 29 | 58 |
| 6 - 10 | 13 | 17 | 30 | 26 | 23 | 49 |
| 11 - 15 | 18 | 18 | 36 | 22 | 25 | 47 |
| 16 - 20 | 10 | 10 | 20 | 14 | 11 | 25 |
| 21 - 25 | 5 | 4 | 9 | 3 | 6 | 9 |
| 26 - 30 | 3 | 5 | 8 | 7 | 6 | 13 |
| 31 - 35 | 1 | 5 | 6 | 8 | 11 | 19 |
| 36 - 40 | 9 | 3 | 12 | 6 | 9 | 15 |
| 41 - 45 | 5 | 5 | 10 | 6 | 2 | 8 |
| 46 - 50 | 2 | 3 | 5 | 4 | 6 | 10 |
| 51 - 55 | 2 | 1 | 3 | 4 | 1 | 5 |
| + de 55 | 5 | 4 | 9 | 5 | 3 | 8 |
| Total | 86 | 91 | 177 | 154 | 132 | 266 |

Nota: População total: 443 pessoas.

Saúde

Como em todas as comunidades indígenas de Rondônia o estado de saúde é lastimável. A equipe de avaliação do Polono-roeste enviou técnicos de saúde para um levantamento especializado em setembro de 1984. Mas a título indicativo, vale relatar que em 1983 em uma única visita da Equipe Volante de Saúde (EVS-FUNAI), de quarenta lâminas recolhidas como teste de malária, 38 deram positivas. Não há fichas de doenças, tratamento ou vacinas, nem no posto, nem na Ajudância. De 1980 a 1984 houve pelo menos 38 casos de tuberculose submetidos a tratamento nas duas aldeias, embora os suspeitos sejam mais



numerosos. Em novembro de 1983 verificou-se mais um óbito por tuberculose.

As farmácias dos postos são mal equipadas. Os atendentes de enfermagem são alguns dedicados, mas necessitariam de melhor formação ou reciclagem. A presença de uma enfermeira de nível universitário durante alguns anos na Ajudância permitiu um melhor controle da saúde, mas a situação está longe de ser a possível e desejável. Estima-se 70 casos de malária ao ano no P.I. Pacaa-Nova, atualmente, no passado chegaram a um por dia. Quanto ao atendimento dentário, é inexistente ou limita-se a arrancar dentes arbitrariamente.

Recentemente com o apoio do Polonoeste contratou-se um médico a tempo integral para a Ajudância de Guajará-Mirim. Esta medida por si só não irá resolver. A Casa do Índio continua praticamente sem equipamentos adequados. Ainda não há um planejamento rigoroso das visitas da EVS às áreas, e da borri-fação preventiva à malária. É necessário um convênio com um dentista e a instalação de um gabinete dentário na Ajudância, transportável, para que o profissional possa atender nas aldeias.

Há problemas crônicos ainda sem solução, como as amebas e verminoses. O mais grave é a alimentação. Com a excessiva concentração nas aldeias, diminuiu a caça e a pesca. A alimentação que lhes é oferecida, através de Merenda Escolar ou produtos para recém-nascidos não é distribuída controladamente e aos que mais necessitam. Como em todos os postos, serve para estimular a comunidade a limpar a sede do posto. Em resumo, modificaram-se seus hábitos alimentares, sem oferecer-lhes uma alternativa compensadora.

O Contato

Não há ainda um estudo histórico ou etnológico sobre os Oro-Uari. Sabe-se que são de língua Chapacura. Meireles(84)

Os Oro-Uari

considera que a migração dos Pacaa-Nova para seu atual território poderia ter ocorrido no século XVII, desencadeada a partir da pressão do colonizador. Atribui a eles também os ataques às expedições do alto Madeira. Constituem hoje, e talvez no passado o mais numeroso grupo indígena de Rondônia.

No último século, as referências se fazem mais precisas. São citados por Carl Friedrich Phillipe von Martius (1867) e por Snethelage no início do século. Hugo(59) cita referências de 1797 e 1843, recolhidas em cartas de missionários. Mais recentes são os trabalhos de Metraux (1948) que estuda outros grupos Chapacura, e a descrição de suas malocas vazias feita por Etta Becker-Donner (1955). Alguns estudos ainda mais recentes não esgotam a necessidade de um conhecimento maior sobre os costumes dos Oro-Uari: Graeve (1976), Mason (1977) e Meireles (1984).

Os Oro-Uari ocupavam uma longa faixa dos afluentes do Rio Madeira aos do Rio Mamoré, no oeste do atual estado de Rondônia. Enfrentaram-se com seringueiros, com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e com os colonos a partir de 1945, quando foi implantado o primeiro projeto de assentamento do IATA. O S.P.I. tentou o contato a partir de 1942. Apenas em 1956 deu-se o encontro pacífico no Rio Pacaa-Nova, onde hoje está a aldeia de Tanajura. A partir deste contato, todos os outros grupos foram aproximando-se, até o último núcleo, em 1969. Durante todo este século sucederam-se massacres e mortes de ambos os lados, onde sem dúvida foram os índios as maiores vítimas. Lembram-se até hoje os mais velhos da forma violenta e traiçoeira como eram dizimados.

A partir de 1969, quando o último grupo Oro-Uari, os Oro boni resolveu reunir-se a parentes já contatados, os índios passaram a sofrer outro tipo de ameaças. Por um lado, as doenças que não conheciam e que continuam a dizimá-los. Por outro, a constante diminuição de seu território em proveito de fazendeiros, colonos e seringueiros e, finalmente, a ação etnocêntrica de missionários de várias obediências religiosas



que vieram destruir seu direito à diferença.

Os Oro-Uari subdividem-se em vários sub-grupos: Orodão, Oroat, Oroeu, Ororam, Ororantxien e Oroboni. Não há ainda estudos conclusivos sobre estas subdivisões. Para Mason (1977) os dialetos dos Orodão, Oroat e Oroeu são próximos entre si, enquanto os Ororam, Ororantxien e os Oroboni, constituem um outro grupo de afinidade linguística. Mas todos trocam visitas, festas e casamentos. Entre eles há sobreviventes dos Oro In, "os que andam pintados", vítimas de um grande massacre promovido por seringalistas, mas de língua Tupi, provavelmente aparentados aos Uru-Eu-Wau-Wau, "os que tocam taboca", e aos Caripunas. O significado destas denominações também não são claros. Podem ser depreciativas, por parte dos Orodão, com relação aos demais. Os orodão, seriam os "morcegos", ou "os que brigam a noite". Os Oroat seriam os "canela comprida", ou "os ossos" ou "caneludos". Os Oroeu seriam os "barriga-cheias" ou os "arrotadores". Os Ororam seriam "os macados-pretos" e os Ororamtxien, os "outros macacos pretos" ou "as outras pessoas".

O P.I. Pacaa-Nova abriga em particular os Orodão, o grupo do primeiro contato. Parte deles resistiu ao primeiro encontro, e vive hoje no P.I. Rio Negro Ocaia. O contato provocou sua concentração em um território menor que o imemorialmente ocupado. Houve ainda uma progressiva concentração das aldeias. Para citar apenas o P.I. Pacaa-Nova, em 1978 contava com quatro aldeias (Tanajura, Dois Irmãos, Capoeirinha e Graças a Deus) além de outras malocas familiares espalhadas. Hoje são apenas duas aldeias, além da utilização temporária de Deolinda.

Esta centralização, contrária aos costumes dos Oro-Uari, termina por provocar uma sub-utilização de seu território, onde antes mudavam de tempos em tempos suas malocas e roças. A concentração facilita invasores e diminui a qualidade de vida, empobrecendo os resultados da roça, caça, pesca e coleta. Hoje os índios reivindicam duas estradas, ou picadões transi-



táveis, que lhes facilitem a retirada de produtos do interior da área.

Os "Anjos" das Novas Tribos

Desde os anos cinquenta esta seita religiosa de origem norte-americana combate a cultura Oro-Uari. Dos três postos abertos para a "atração", dois contavam com a participação destes missionários, tolerados pelo SPI, no Lage e em Tanajura (P.I. Pacaa-Nova). Apenas no P.I. Ribeirão estiveram ausentes. Os objetivos explícitos desta seita são contrários à Constituição e ao Estatuto do Índio, que asseguram o direito indígena à sua cultura. Em seu folheto de divulgação, define-se a Missão Novas Tribos (*New Tribes*):

"É uma associação missionária de fé, fundamental em sua doutrina e de caráter indenominacional, formada de crentes dedicados à evangelização dos povos indígenas ainda não alcançados".

E ainda "submissão e constante andar com Cristo, possuir o desejo de alcançar os perdidos com o evangelho".

Os "perdidos" e "não alcançados" são as comunidades indígenas, em particular, as brasileiras. A Missão está presente em trinta e sete tribos, camufladas com alguns recrutamentos de nacionais e com a mudança do nome de *New Tribes* para "Missão Novas Tribos do Brasil". Fernandes (1980) estudou esta seita, que denominou "Um Exército de Anjos". Revelou que em 1979, estes abnegados pregadores contaram com um "modesto" orçamento de nove milhões de dólares. Dentre as associações missionárias dedicadas ao desrespeito etnocêntrico à cultura indígena, a *New Tribes* é a segunda em importância. Em 1975 contava, apenas no Brasil, com 198 missionários em 28 tribos. Em agosto de 1981 contava com 337 missionários em 37 grupos indígenas. E continua a crescer.



A principal camuflagem desta ação organizada de desmoralização da cultura tribal é a linguística. Na verdade, a fonte de recrutamento é o desemprego nos E.U.A. e na Europa. De 110 missionários e linguístas das Novas Tribos, apenas 15 receberam alguma formação de tipo universitário, ainda que incompleta. Vinte e sete eram trabalhadores manuais (operários e agricultores), setenta e dois do setor de serviços (escriturários, domésticos, donas de casa e estudantes). A preparação dos "linguístas" das Novas Tribos dá-se em apenas dois meses, com algumas reciclagens.

Toda a formação destes "missionários" e "linguístas" é voltada para uma extemporânea cruzada medieval. São estimulados a uma guerra contra os "infiéis". Seu etnocentrismo vem acompanhado de aberto racismo, e em minutos de conversa aparecem preconceitos contra índios, negros e judeus. Como todo agrupamento fanático, são extremamente fechados e hostis aos não-crentes. Sua contribuição à linguística é nula. Quanto à etnologia e à antropologia não constituem campos do saber dignos de serem levados em conta pelas Novas Tribos: são simplesmente ignoradas, quer no trabalho, quer na formação. Jamais uma Universidade brasileira recebeu desta seita uma colaboração ou informações linguísticas ou antropológicas.

O resultado de sua ação é particularmente nocivo às comunidades indígenas. Em 1981 foram expulsos pelos índios Gavião e Arara (Karo) do P.I. Lourdes devido às divisões que provocaram na comunidade. No P.I. Pacaa-Nova, as aldeias dividem-se entre os crentes e não-crentes. Os missionários consideram, segundo Denise Meirelles (1984), terem convertido 140 dos cerca de 500 habitantes. Alguns seriam pastores, ou seja, jovens líderes submetidos a um proselitismo que alia o terror e a corrupção por pequenos favores, vantagens, proteção e remuneração em produtos industrializados.

De fato, os missionários falam Oro-Uari. Mal, segundo os índios, mas sempre melhor que os funcionários da FUNAI, frequentemente despreparados ou submetidos a uma alta rotatividade

34
o Jipe

de. É do domínio da língua que passam à dominação política e cultural. Há trinta anos são os educadores destas comunidades. Dedicam-se em particular aos mais jovens e as crianças, escolhendo os atuais pastores. O sucesso de seu empreendimento deve-se à omissão do estado, que é o responsável por instituir um ensino laico e que promova a cultura tribal, ao invés de destruí-la.

Resistência

As festas e rituais tradicionais são proibidas. Os pajés hostilizados, e os "convertidos", premiados. Por um lado, estimulam entre os índios o desejo de consumo de produtos industrializados. Por outro, negam-se a ajudá-los a obter dinheiro para adquirí-los ou pelo menos a aritmética para não serem enganados. Ao contrário, acenam com a conversão como única via para obter um facão, machado, ou até mesmo um remédio. Prestam assistência médica, mas com o mesmo despreparo dos atendentes da FUNAI. Os índios são convocados a prestar-lhes serviços em troca de ridículas remunerações. Não têm concorrentes no recrutamento de mão-de-obra, pois são os únicos não-índios permanentes no posto.

É óbvio que os funcionários da FUNAI não têm condições de competir com tal organização, nem em termos de recursos, nem de continuidade do trabalho. Resulta que os funcionários da FUNAI terminam por converter-se, ou são obrigados a passarem pelos missionários para obter a cooperação dos índios. As cartas e relatórios de funcionários da FUNAI são eloquentes. Contam que, quando o rio está baixo, os missionários tiram férias, frequentemente no exterior. Suas residências, barcos, rádio, farmácia são bastante superiores às da FUNAI.

O P.I. Pacaa-Nova é, para os missionários, a "nova tribo" modelo. Na verdade desconhecem a forte resistência cultural das comunidades indígenas. Festas proibidas, como as Tama



rã, Riroroi e Panah, estudadas por Meireles (1984) são realizadas às escondidas. A pajelança está viva, apesar de toda a hostilidade dos missionários. Os índios chegaram a manter uma aldeia clandestina, onde os missionários não pudessem surpreendê-los a viver o seu modo de vida.

Os gestos, rituais e costumes tornaram-se proibições e "pecados". A chicha, bebida tradicional de mandioca fermentada levemente alcoolizada, é considerada coisa do diabo, ou responsável pela malária. O chefe do posto escrevia em 1975

"os missionários lançam os índios contra a FUNAI, olham com reserva os que não professam a mesma religião, negam-se a colaborar até no transporte de doentes e limitam-se a destruir a identidade dos índios, tornando-os meros instrumentos".

Este funcionário terminou por converter-se. Na Ajudância de Guajarã-Mirim, há uma dezena de funcionários convertidos. Na verdade, as Igrejas Adventista e Fundamentalista são as que dirigem a ação da FUNAI entre os índios. Os funcionários da FUNAI, segundo Santos (80) são hierarquicamente inferiores aos missionários na instituição religiosa paralela. Um chefe de posto chegou a escrever: "livre religião, livre FUNAI", propondo que a liberdade religiosa fosse equivalente à liberdade do órgão legalmente responsável pela proteção e apoio às comunidades indígenas.

Na verdade não há liberdade religiosa. Os católicos são proibidos de entrar nos postos dominados pelos protestantes e estes não têm acesso à Colonia de Sagarana, de orientação católica. Os prejudicados pela guerra religiosa são os índios, envolvidos em querelas que não são suas e proibidos de manter seu modo de vida em suas próprias terras.



Tolerância

A tolerância da FUNAI com tal situação é inaceitável. Recentemente três médicos foram proibidos de entrar sem autorização de Brasília durante uma semana, enquanto aguardavam a burocracia, no quadro da avaliação do Polonoroeste. Ao mesmo tempo a FUNAI permite que os missionários ali residam sem autorização e em flagrante desrespeito da legislação que a obriga a defender o direito do índio à sua cultura.

A presença missionária existe porque a FUNAI não dotou seus postos com enfermeiros e professores capacitados a promoverem a cultura da comunidade e uma educação bilingue que permitisse aos índios defender-se da população envolvente. É óbvio que seus funcionários podem decidir livremente suas opções religiosas. O que a lei não lhes faculta é o abuso de poder de manterem-se cúmplices de uma ação deliberada contra a cultura da minoria. Ao contrário, são responsáveis pela proteção dos índios, contra o esbulho, a exploração, o racismo e o etnocentrismo. Recentemente uma missionária das Novas Tribos chegou a censurar o próprio delegado da 8a. D.R. - FUNAI, sertanista Apoena Meireles, por este ter autorizado os índios a realizarem suas festas, com chicha, em acordo com seus costumes e seu direito constitucional.

Algumas das proibições dos missionários são ridículas. Denise Meireles (84) verificou, por exemplo, que proibiam os índios de comer uma fruta regional, o açaí, por ser vermelha e parecer sangue.

Os nomes das escolas, ao invés de ressaltarem as tradições Oro-Uari, têm nomes de Missionários. As crianças são batizadas em rituais não-índios, com nomes de santos, profetas e outros personagens bíblicos ou missionários.



Proselitismo

Mas é no domínio da escola e no controle da educação que está a força dos missionários. Enquanto os funcionários da FUNAI ocupam-se de assuntos administrativos, as Novas Tribos dominam a religião e a escola. Todos os dias há uma hora e meia de ensino religioso, hinos sacros e trechos da Bíblia. Com a cumplicidade de funcionários da FUNAI, alguns missionários foram nomeados professores e pagos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Guajará - Mirim. (SEMEC). Conta um funcionário que com a chegada de um inspetor de ensino, a professora missionária escondia o material religioso e reabilitava a cartilha do ensino oficial.

Homens e mulheres protestam contra o proselitismo nas aulas, mas temem a força dos missionários. Exigiram o MOBREAL, para que fossem alfabetizados em português. Pretendem o ensino bilíngue, mas um maior número de aulas em português. Necessitam da língua dos não-índios, e da aritmética, para deixarem de ser enganados pelos regatões. Chegaram a proibir a perambulação nos finais de semana para não prejudicarem os cultos.

Esta situação não é nova, nem desconhecida pela FUNAI. O desrespeito das Novas Tribos pela cultura indígena foi denunciado por Von Graeve (1976), Santos (1980), Fernandes (1980), Carvalho (1983), e Meireles (1984). Em 1975, a antropóloga da FUNAI Ana Maria da Paixão denunciava em relatório oficial a atuação da Missão *New Tribes*:

"os técnicos indigenistas fizeram muitas críticas à metodologia adotada por esse Missão, solicitando mesmo sua retirada"

E acrescentou:



"os indígenas são totalmente submissos à Missão. Esta controla todos os seus movimentos, inclusive suas perambulações com finalidade de caça e coleta".

E ainda:

"o português está sendo ministrado por canadenses que falam muito mal o português, com graves erros de concordância"... "o proselitismo religioso é feito em larga escala, havendo interrupções e cânticos bíblicos" e etc...

Denise Meirelles (84) observou:

"O contraste entre os que não têm missionários e os outros é marcante: nos primeiros, os índios ainda realizam uma série de ritos e festas que servem, em larga medida, como uma reafirmação da cultura tribal; nos últimos qualquer manifestação cultural está literalmente 'proibida', sob a alegação de pecado, de ofensa aos valores da Igreja. O mais grave está no fato de que a educação bilingue vem sendo utilizada como um instrumento de doutrinação. Ocorre então que ao invés de reafirmar a cultura dessas sociedades age em sentido oposto: os índios mais jovens, já não têm condições nem ao menos de traduzir as narrativas rústicas dos índios mais velhos: além de desconhecerem as histórias (cujo conteúdo chega a ser ridicularizado por contrastar com os valores dos missionários), não usam mais as palavras que as compõem. As palavras que estão sendo perpetuadas através da introdução da grafia nessas sociedades ágrafas são aquelas que servem como instrumental de dominação ideológica, dado o seu conteúdo profundamente prolecionista".

Há várias confusões sobre a educação indígena. Não se entende porque todos os postos da FUNAI foram dotados de professor laico, salvo os postos onde há missionários. O ensino ou se faz sobre a Bíblia, ou sobre os manuais e cartilhas escolares destinados à população regional, mas inadaptáveis ao ensino em outra cultura. É urgente que a FUNAI prepare material didático adaptado à promoção da cultura das minorias na



cionais. O ensino deve ser bilingue, mas com monitores índios e sem objetivos proselitistas. Ao contrário, o educador em área indígena deve ser um promotor da cultura tradicional. Uma comunidade desmoralizada culturalmente não tem condições de resistir à sociedade envolvente e majoritária.

Atualmente os missionários alegam ter vários alunos com o curso primário concluído e querem abrir uma escola de 2º grau, reconhecida. Os índios necessitam de uma escola que lhes seja própria, onde ensinem também seus pajés e seus artífices. Não dominam dezenas de profissões da sociedade envolvente a que desejam ter acesso em rápidos cursos profissionalizantes, como motorista, carpinteiro, técnico agrícola, etc... Além de estudos adiantados, o que falta é um planejamento e uma concepção do que será a educação indígena. De nada vale recrutar professores e lançá-los sem preparo ou formação prévia para o ensino a minorias. Sem um plano educacional e profissionais preparados dificilmente a FUNAI substituirá os missionários a contento dos índios.

É óbvio que a presença desta seita deveu-se à omissão do órgão de proteção, a FUNAI. O proselitismo deu algum resultado porque utilizou-se do fascínio que estas comunidades têm no primeiro contato pelas vantagens aparentes dos autodenominados "civilizados". A maioria dos Oro-Uari não se opõe à retirada dos missionários. Desejam, e o expressam abertamente, um ensino que lhes permita uma maior compreensão da cultura dominante, sem, no entanto, representar o espezinhamento de seus valores e tradições.

Contrasenso

Há um contrasenso nos critérios (ou na ausência deles), utilizados pela FUNAI, dificultando a entrada de antropólogos, médicos e linguistas nas áreas indígenas para pesquisas temporárias e, ao mesmo tempo, tolera a presença destes missionários.



rios interferindo cotidianamente na vida tribal. É urgente que a Missão Novas Tribos do Brasil e dos E.U.A. seja convidada a retirar-se das áreas indígenas. Seus membros, como os demais interessados, devem pedir autorização à FUNAI e à comunidade, explicando a que vêm, em que se propõem a ajudar os índios, e especificando o tempo de permanência. Sua residência permanente entre as comunidades é um fator de divisão e violência, contrária à lei e ao direito das minorias. Uma verdadeira liberdade religiosa exigiria, em primeiro lugar, a garantia aos índios da livre prática de suas próprias crenças e a introdução ao conhecimento das milhares de opções religiosas que há no planeta.

Apoio aos Índios

Os Oro-Uari são grupos com hábitos típicos dos índios de floresta. Tradicionalmente proviam-se através da caça, pesca e coleta. O contato introduziu sem dúvida novas necessidades, em particular de bens industrializados. Hoje acrescentaram a suas atividades agrícolas tradicionais de subsistência certos produtos destinados à obtenção de renda monetária, em particular a extração de seringa e a apanha da castanha. No passado alguns laboratórios encomendavam a poaia, de utilidade medicinal. Não há dúvida que tanto a seringa, quanto a excessiva concentração nos postos estimulada pela FUNAI e pelos missionários alteraram seu modo de vida.

Conservam, no entanto, roças familiares de 1,5 a 2 hectares, onde plantam milho, macaxeira, batata, cará e ainda banana e mamão. Acrescentaram o feijão e o arroz para consumo e comércio. De junho a dezembro predomina a seringa, seguida pela castanha em janeiro. Fevereiro é a derrubada, a broca e a limpeza das roças. Março é a vez do feijão, seguida pelo milho, mandioca brava, macaxeira, arroz e feijão. Derrubam e brocam na seca, plantam com as chuvas. Cooperam no plantio e



colheitam por grupos de parentesco.

A caça e a pesca é fundamental em sua alimentação. A restrição à sua perambulação devido a expansão das fronteiras agrícolas tornou a caça mais rara. Mas ainda caçam razoavelmente e hostilizam os invasores por espantá-la. Acostumaram-se com espingardas e munição e protestam por não poder adquiri-las livremente como os não-índios. Ainda encontram anta, paca, porco, veado, quati, cotia, tatu, caititú, macaco grego e macado-preto, e aves, como o nambu-galinha, nambu-azul, macu, jacu, gavião, arara, papagaio, periquito e curiçá. A pesca é suficiente, mas ameaçada pela ação predatória de bolivianos e brasileiros.

As roças começam a ser feitas mais longe das aldeias, onde as terras estão esgotadas. Gostariam de ir ainda mais longe, perto de Deolinda, mas temem os invasores e as dificuldades para escoar a produção.

A seringa os obriga a viver em colocações grande parte do ano. Não podem ir demasiado longe também porque as crianças são forçadas a um regime escolar desadaptado às deslocações necessárias da família. Os grandes obstáculos decorrem das dificuldades de transporte de suas mercadorias. Os postos dispõem de barcos, nem sempre disponíveis para os índios. Gostariam de picadões transitáveis e animais de carga que permitissem uma utilização maior de seu território. Desejam redistribuir-se e mudar seus locais de moradia como faziam no passado. Queriam aproveitar as pastagens naturais e as deixadas pelos invasores, criando gado para o comércio e prevendo a falta de caça no futuro. Nas colocações poderiam criar ovelhas.

O artesanato permanece vivo, mas combatido pelos missionários e de difícil escoamento. A FUNAI não tem postos de venda. Fazem cestas belíssimas, cocares, tambores de látex e instrumentos musicais, como um chocalho em uma espécie de flecha. Gostariam de uma cooperativa de artesanato, que ademais valorizaria sua cultura tradicional.



O maior obstáculo ainda são os regatões. São intermediários onerosos que passam pelo rio propondo trocas desonestas. Mantêm assim os índios endividados e explorados. Apropriam-se de mais de 60% de sua produção agrícola e da seringa, diante da FUNAI e dos missionários.

Administração

A FUNAI deixa a desejar. Alterna-se entre a omissão e a desastrosa interferência. A omissão dá-se diante dos regatões e missionários, e a desastrosa interferência verifica-se na promoção de grandes roças ligadas ao posto, coletivas, em flagrante oposição ao modo familiar como plantam tradicionalmente.

A FUNAI fundou uma cantina. Não é cooperativa, mas sim, totalmente dependente dos funcionários. Não fornece os produtos a tempo, deixando os índios à mercê dos regatões, quando necessitam de munição, óleo, sal ou uma lanterna, produtos hoje assimilados ao cotidiano. Como a seringa é a principal fonte de renda monetária, deixam de ganhar pela incompetência da FUNAI. O primeiro projeto financiado em Cr\$ 1.900.000,00 pelo Polonoroeste, em 1980, foi o de uma cantina. A quantia era pequena, mas a má administração também não ajudou.

Seguiram-se financiamentos para roças coletivas: 2,5 milhões de cruzeiros em 1981; 2,35 milhões em 1983 e 10 milhões em 1984. Em 1982 foi realizado um projeto de fruticultura (laranja, limão, tangerina) financiado em 1,3 milhão de cruzeiros.

Atualmente, com a contratação de um agrônomo as coisas começaram a melhorar, desde que os funcionários sejam orientados a procederem em acordo com o respeito ao modo de vida dos índios. Mas a administração anterior destes projetos é um absurdo.



Dois exemplos: o projeto de fruticultura (1982) falhou porque as mudas chegaram já quase apodrecidas e secas, jogadas em um caminhão sem terra em suas raízes. Ordenou-se aos índios desmatar 30 hectares, mas na verdade apenas houve mudas para 3 hectares. Em 1982 os 80 hectares plantados perderam-se. O arroz e o milho não encheram e perdeu-se a colheita. Para cada 6 sacos de sementes, tirou-se 1/2 de arroz. O que salvou a comunidade foram as roças familiares e os produtos destinados à nutrição das parturientes e recém-nascidos e a merenda escolar. Os índios terminaram habituando-se a essa dieta que os torna ainda mais dependentes da FUNAI e dos missionários.

São obrigados a um trabalho coletivo, tipo fazenda estatal, absolutamente contrário a seu modo tradicional de cooperação familiar no trabalho. Não se entende porque a FUNAI insiste em promover roças do posto, quando deve estimular as roças tradicionais dos índios e apoiar sua ampliação, caso desejem os índios obter excedentes para o comércio. Brasília apenas libera recursos para estas roças imensas, todas fracassadas, como nos P.Is. Lourdes, Rio Branco, Guaporé, Lage, etc.. Os índios reclamam de serem forçados a trabalhar em empreendimentos onde não é valorizado o trabalho de cada um nem assegurada uma distribuição equivalente.

Toda a compra de equipamentos destina-se mais ao conforto da FUNAI, do que da comunidade. As construções dos funcionários são ótimas, equipadas com água corrente e agora gerador a moto-bomba. Os barcos com motores 25HP, úteis sem dúvida para o transporte de doentes e funcionários, mas nem sempre disponíveis para o transporte de mercadorias. Na verdade estas construções foram feitas à custa de uma grande privação dos postos, na medida em que as dotações orçamentárias são defasadas e com uma inflação de mais de 200% ao ano, os valores programados chegam a ser ridículos para as finalidades propostas.



Os índios, no entanto, precisam receber um apoio mais direto. Querem motores de rabeta 6HP em seus barcos de madeira para poderem estabelecer colocações mais distantes e escoar sua produção. Pretendem aprender a construir barcos, operar e consertar estes motores. Receber e criar animais de carga e um trator para roças e transporte no interior da área.

Em resumo, as roças coletivas são um fracasso e o grosso dos investimentos são destinados a fortalecer o poder da FUNAI e dos missionários e não a independência, a autonomia e a autosuficiência das comunidades. Mesmo a imensa roça de 80 hectares de 1983, um fracasso, era menor que a soma das roças familiares, todas produtivas e que teriam sido maiores se o financiamento fosse a elas dirigido, em sementes, mudas e implementos.

Prova é que para 1984 previa-se uma diminuição das roças do posto. Em Tanajura de 50 hectares (83), passou-se a 10 ou 13 hectares (84), em Santo André de 15 para 7 hectares.

Trata-se de um equívoco de orientação. A FUNAI e seus funcionários constituem um órgão de proteção e apoio. Não são gerentes de fazendas do estado. Este apoio deve ser dado dentro do modo de vida das comunidades e não em relações de produção que lhes são estranhas, às quais resistem, ou aceitam de má-vontade em troca dos favores do posto. A consulta aos líderes da comunidade, líderes naturais de grupos de parentesco, não é praticada. FUNAI e missionários promovem seus próprios líderes entre os subservientes a seus propósitos.

O fracasso das grandes roças trouxe, em muitos casos, uma retomada autoconfiança das comunidades em sua forma tradicional de plantar. Entre os Oro-Uari do P. I. Pacaa-Novas, no entanto, a incompetência da FUNAI apenas fortalece os missionários, hostis a toda iniciativa exterior ao seu fechado círculo de adeptos. O apoio e a proteção devem ocorrer não como capatazes, mas sim como estímulo à produção tradicional e proteção na troca, onde os índios têm sido permanentemente desfavorecidos.



Sem dúvida a tolerância com as Novas Tribos é a questão chave na Ajudância de Guajará-Mirim. As cumplicidades devem ser apuradas. Para citar apenas um exemplo, grande parte dos funcionários contratados são ligados aos missionários por laços religiosos, ou se convertem para obterem ou manterem-se em suas funções. Estes funcionários vêm somar-se aos missionários, que no P.I. Pacaa-Nova são em quantidade equivalente(seis).

Não há dúvidas que as instalações melhoraram e vários equipamentos foram adquiridos. Mas não é seguro que os recursos financeiros do Polonoroeste tenham redundado em benefícios equivalentes as comunidades assistidas.

As dificuldades administrativas começam sem dúvida em Brasília. A Ajudância de Guajará-Mirim contou nestes primeiros quatro anos com recursos menores que os colocados à disposição de unidades administrativas com menor número de índios. Se estes recursos foram insuficientes ali, pode-se calcular em Guajará-Mirim.

Enfim, a continuidade e o sucesso do projeto especial de apoio as comunidades indígenas passa por uma rediscussão da política de alocação de recursos e esbarra nas deficiências do próprio órgão responsável pela sua aplicação: a FUNAI.



BIBLIOGRAFIA SOBRE OS ORO-UARI (PACAA-NOVA)

- ARRUDA, D. Luis Gomes de (Frei Roberto da Ordem dos Franciscanos). Diário e Anotações. Diocese de Guajarã-Mirim, publicado em 1982.
- BECKER-DONNER, Etta. Primeiro Relatório de Viagem à Região do Guaporé (Pacaa-Nova) 1955.
- CARVALHO, Edgard de Assis e Lúcia H. Vitalli Rangel. Avaliação da Área dos Pacaa-Nova, FIPE-USP, São Paulo, 1983, Polonoroeste.
- FERNANDES, Rubem César. Um Exército de Anjos. As Razões da Missão Novas Tribos. 1980. In: Religião e Sociedade.
- GIGLIO, Ermelindo Tadeu. Notas de Viagem aos Pacaa-Nova. 1980. não publicado.
- GRAEVE, Bernard von. Protective Intervention and Interethnic Relations: A Study of Domination on the Brazilian Frontier. Unpublished doctoral dissertation University of Toronto. 1976.
- HUGO, Victor. Desbravadores. Ed. Missão Selesiana de Humaitá, Amazonas, 1959.
- MAYBURY-LEWIS e outros. In the Path of Polonoroeste: Endangered Peoples of Western Brazil. 1981. Pág. 38 a 45 The Indians of Western Rondonia.
- MARTIUS, Carl Friedrich Phillipe von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas. I Zur Ethnographie. Leipzig. 1867.
- MASON, Alan W. Oronao Social Structure. Unpublished Doctoral dissertation. University of California, Davis. 1977.
- MEIRELES, Denise Maldi. - Populações Indígenas e a Ocupação Histórica de Rondônia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Proedi - 1984. - Manuscritos de uma tese de mestrado em preparação na Universidade Nacional de Brasília. 1984.
- MÉTRAUX, Alfred. Tribes of Eastern Bolivia and the Madeira Headwaters in Handbook of South American Indians, Washington, 1948.
- SANTOS, Omar Landi. Uma Solução para a Sobrevivência dos Índios do Guaporé. Campinas, 1980.